

Inclusão e Educação 3

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-031-5

DOI 10.22533/at.ed.315191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todas as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu III volume, com 18 capítulos, apresentam estudos sobre Paralisia cerebral; Autismo; Tratamento; Estimulação sensorial; Fisioterapia; Comunicação alternativa; aplicadas na educação com objetivo de sensibilizar, produzir conhecimento e mobilizar os leitores para as possibilidades e potencialidades dos discentes que possui alguma deficiência intelectual.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n 9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todas as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume III é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem alguma das diversas deficiências intelectuais as quais podem comprometer seu processo de cognição, trazendo artigos que abordam: Revisões Literárias para aprofundamento do tema; experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos; A fisioterapia e o Estimulo Sensorial como ferramentas de apoio ao desenvolvimento do discente; As tecnologias que ampliam as habilidades funcionais e, assim, promovem uma vida independente.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	
<i>Giuzza Ferreira da Costa Victório</i>	
<i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i>	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915011	
CAPÍTULO 2	9
ASPECTOS FACILITADORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Vera Lucia Mendonça Nunes</i>	
<i>Grazielle Perpétua Fernandes Mello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915012	
CAPÍTULO 3	17
INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915013	
CAPÍTULO 4	33
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOSÉ DE SOUZA – ZEZÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Edilmar Galeano Marques</i>	
<i>Patricia Lima Domingos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915014	
CAPÍTULO 5	42
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À INCLUSÃO: AÇÃO DOCENTE NO ENSINO COMUM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Rosane Santos Gueudeville</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Calebe Lucas Feitosa Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915015	
CAPÍTULO 6	52
O AUTISTA NA CONVIVÊNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Janine Marta Coelho Rodrigues</i>	
<i>Aureliana da Silva Tavares</i>	
<i>Suely Aragão Azevêdo Viana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915016	
CAPÍTULO 7	60
APRENDIZADO MUSICAL E DIMINUIÇÃO DE ESTEREOTIPIAS EM CRIANÇAS COM AUTISMO – ESTUDO DE CASO	
<i>Valéria Peres Asnis</i>	
<i>Nassim Chamel Elias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3151915017	

CAPÍTULO 8 69

MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE JACOBINA

Kátia Cristina Novaes Leite

Maikson Damasceno Machado

Eliata Silva

Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios

DOI 10.22533/at.ed.3151915018

CAPÍTULO 9 80

BONECAS COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Circe Mara Marques

Leni Vieira Dornelles

DOI 10.22533/at.ed.3151915019

CAPÍTULO 10 92

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO SUDOKU

Denise Vares Seixas

Zoraide de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31519150110

CAPÍTULO 11 98

O DISPOSITIVO TECNOLÓGICO READSPEAKER COMO RECURSO À VERBALIZAÇÃO PARA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adilia Maria Pires Sciarra

Fernando Batigália

DOI 10.22533/at.ed.31519150111

CAPÍTULO 12 106

UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE APEGO DE UMA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Vanessa Nicolau Freitas dos Santos

Pompeia Villachan Lyra

DOI 10.22533/at.ed.31519150112

CAPÍTULO 13 117

A FISIOTERAPIA APLICADA EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL UTILIZANDO OS PRINCÍPIOS DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL

Cristiane Gonçalves Ribas

Jessika Kussem Santos

Flávia Letícia Martins Santos

DOI 10.22533/at.ed.31519150113

CAPÍTULO 14 134

A TERAPIA OCUPACIONAL EM UM SERVIÇO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora da Silva Firino Felismino

Cristyeleadjerfferssa Katariny Vasconcelos Mauricio

Juliana Peixoto Carvalho

Lívia Caroline Alves Souza

Andreza Aparecida Polia

DOI 10.22533/at.ed.31519150114

CAPÍTULO 15.....	143
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COM GESTOS E OBJETOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA SENSORIAL	
<i>Flavia Daniela dos Santos Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.31519150115	
CAPÍTULO 16	153
GRUPO TERAPÊUTICO DE ATIVIDADES LÚDICO DESPORTIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Inglis Araújo da Silva Gomes</i>	
<i>Juliana Cristina Salvadori</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
DOI 10.22533/at.ed.31519150116	
CAPÍTULO 17	162
VIRTUALIZAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DOS JOGOS ONLINE	
<i>Patrícia Souza Leal Pinheiro</i>	
<i>Maria Inês Corrêa Marques</i>	
<i>Eduardo Chagas Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.31519150117	
CAPÍTULO 18.....	173
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL	
<i>Shirley de Souza Silva</i>	
<i>Pâmela dos Santos Rocha</i>	
<i>Lídia Maria da Silva Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.31519150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	180

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Giuza Ferreira da Costa Victório

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS)

Campo Grande - MS

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS)

Campo Grande - MS

Francimar Batista Silva

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Campo Grande - MS

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre a organização pedagógica do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual incluídos nas salas comuns do sistema regular de ensino. A metodologia consiste na análise documental referente às políticas públicas de educação especial, com destaque para a educação inclusiva. O trabalho integra os estudos acadêmicos no âmbito do curso de pós-graduação em Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Os resultados indicam que ainda persistem contradições entre os documentos oficiais e as práticas pedagógicas. Como proposta de superação, alguns caminhos ainda precisam ser construídos, dentre eles pontuam-se: práticas pedagógicas que reconheçam e

valorizem as características de cada aluno, nova organização curricular que considere as necessidades dos alunos e a elaboração de um currículo coletivo, onde todos os atores da ação educativa se envolvam, garantindo uma escola capaz de oferecer práticas pedagógicas criativas para acolher a todas as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Políticas Inclusivas; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: His article seeks to reflect on the pedagogical organization of the teaching and learning process of students with intellectual disabilities included in the common rooms of the regular system of education. The methodology consists of documentary analysis related to public policies of special education, especially in inclusive education. The work integrates the academic carried out in the scope of the postgraduate course in Special Education - Specialized Educational Attendance, at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). The results indicate that there are still contradictions between official documents and pedagogical practices favorable to the learning and development of students with intellectual disabilities included in regular classrooms. As a proposal for overcoming, some paths still need to be built, among them are: pedagogical practices that recognize and value the characteristics of each student, a new curricular organization

that considers the needs of all students and the elaboration of a collective curriculum, where All the actors of the educational action become involved, guaranteeing a school capable of offering creative pedagogical practices to welcome all the differences.

KEYWORDS: Special Education; Inclusive Policies; Pedagogical practices.

1 | INTRODUÇÃO

A democratização do ensino ocorrida após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) em 1996 provocou importantes questionamentos relativos ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas comuns do ensino regular e progressivamente novos elementos foram sendo incorporados às políticas educacionais a fim de tornar as escolas comuns efetivamente inclusivas.

Cabe, portanto, discutir as condições em que esse movimento pela inclusão vem sendo constituído nos sistemas de ensino, uma vez que se trata de um tema complexo, atrelado a outros fatores como as políticas sociais, a escolarização e ao caráter historicamente excludente na nossa sociedade.

A partir destas questões, o presente trabalho propõe refletir sobre a organização pedagógica do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual incluídos nas salas comuns do sistema regular de ensino. Para tanto, realiza um breve levantamento histórico da educação especial no Brasil e situa a organização da escola inclusiva para o aluno com deficiência intelectual por meio dos documentos político-educacionais. O estudo é de cunho bibliográfico de natureza histórico-crítica, no intuito de identificar como se organiza as propostas de educação inclusiva nos documentos oficiais para o aluno com deficiência intelectual nas salas comuns.

2 | A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA INCLUSIVA NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DOCUMENTADA

A partir da década de 1990 a política educacional para a educação especial tornou-se uma política de Estado de modo que sua efetivação representaria novas perspectivas na e para melhoria da qualidade do ensino.

Nesta direção, a consolidação das políticas públicas neste setor foi evidente na LDB/1996, nas Resoluções CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica) e nº 4, de 2 de outubro de 2009 (institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial), na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (MEC/SECADI), no Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 e na Lei nº 12.796 de 2013.

Tais documentos fundamentaram-se nas premissas da educação inclusiva e

compreenderam como direito do aluno com necessidades educacionais especiais, seu acesso e permanência, a formação e a qualificação dos professores, a adequação do currículo, dos métodos e recursos, da infraestrutura física e organizacional, a fim de atender às especificidades educacionais e com isso, oferecer suporte necessário para o desenvolvimento intelectual, social e motor desses alunos.

Nota-se, contudo, que apesar da criação de diversos instrumentos norteadores das políticas educacionais, ainda existem lacunas que impedem que a inclusão efetivamente aconteça dentro da escola. Assim, a política de inclusão, entendida como “[...] condição acessível aos lugares, às pessoas, à comunicação, os serviços, dentre outros [...]”, não tem sido cumprida em sua totalidade, visto que a educação ofertada aos alunos especiais ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser efetivamente inclusiva. (RIBEIRO, 2011, p. 84).

Buscando elucidar a historicidade da inclusão, nota-se que esta perpassou diferentes fases em diversas épocas e cultura. Para Sasaki (2004), a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil pode ser classificada em quatro fases: *fase da exclusão social* caracterizada como o período de omissão, negligência, ou escassez de ofertas de atendimento esse público, *fase da institucionalização* do atendimento, na qual prevaleceu os aspectos assistenciais com fins filantrópicos ou religiosos, *fase da integração* na qual se objetivou integrá-los em ambientes educacionais da cultura tida como “normal” e a *fase de inclusão*, período caracterizado pela adaptação dos ambientes físicos e dos procedimentos educativos para acomodar as diversidades apresentadas pelos alunos.

Portanto, observa-se que o modo de pensar e de agir das pessoas com deficiência sempre esteve relacionada com o modo como a sociedade se organizou em cada período histórico, sendo compreendido a partir dos aspectos culturais e materiais apresentados, uma vez que tais aspectos determinam também a educação ofertada aos mesmos.

A respeito das tentativas de inclusão do aluno com algum tipo de deficiência, Januzzi (2004) explica que elas passaram do aspecto assistencial/clínico para o educacional, sendo que o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) se destacaram neste tipo de atendimento. A partir da lei 4.024/61 surge a possibilidade de inserção dos “excepcionais” no sistema educacional com intuito de integrá-los à comunidade, indicando a necessidade de uma política de formação pedagógica para conduzir as novas determinações. (BRASIL, 1961).

Em caráter mais efetivo, as políticas públicas para a Educação Especial são discutidas com maior frequência a partir de 1990, quando começaram a surgir movimentos em defesa pela inclusão e ampliou o acesso nos sistemas regulares de ensino.

Com a CF/1988 adota-se o discurso de igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e, garante a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino

como dever do Estado (art. 206, Inciso I). (BRASIL, 1988).

Na mesma direção, documentos internacionais impulsionaram a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, dentre elas a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que teve bastante influência no processo de formulação da Política Nacional de Educação Especial, em 2008. Além desses documentos, também se destaca o marco de Ação da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, que enfatizou a importância da criação das escolas inclusivas.

Conforme a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, lançada em 1999 - Decreto nº 3.298, a educação especial é “[...] uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular” (BRASIL, 1999). Esta definição exigiu orientação e organização das escolas e a criação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (DNEE). Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica definem que as instituições de ensino superior sejam responsáveis pela reorganização curricular e a formação docente volte-se para a diversidade e contemple conhecimentos, considerando as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Destaca-se ainda, o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” lançado em 2003 que compreendeu projetos escolares, o atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. O alcance destes objetivos foi discutido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), momento que se definiu que a educação inclusiva fosse organizada em todos os níveis de ensino.

Levando em consideração esses aspectos, o respeito e a valorização da diversidade dos alunos tornam-se desafios à escola, exigindo maior empenho das políticas educacionais para a criação de espaços mais inclusivos, buscando superar as dificuldades herdadas do passado e reproduzidas na e pela escola. Contudo, a materialização dessas políticas na escola ainda representa um grande entrave na escolarização desses alunos.

3 | ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A LDB/1996 foi o ponto de partida para que as discussões sobre a educação inclusiva ocupassem importância no panorama das políticas governamentais, repercutindo em avanços sociais, valorizando os discursos da pessoa como cidadã e o respeito às características e especificidades dos alunos com deficiência intelectual.

Estes avanços podem ser verificados no aumento das matrículas de alunos com deficiência intelectual em salas comuns.

Neste sentido, para melhor compreender o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual nas salas comuns é importante buscar elementos que facilitem o entendimento sobre a referida deficiência e de como sua limitação afeta o processo de ensino aprendizagem, a fim de identificar as práticas pedagógicas mais eficazes na escolarização deste alunado.

Conforme Gomes et. al (2007), uma das primeiras questões a ser considerada é que a deficiência intelectual não é apenas uma característica pessoal, mas está vinculada às vivências sociais e coletivas. Desta maneira, o que se constitui nos contextos das vivências sociais e no ambiente escolar pode causar efeitos no desenvolvimento do aluno.

Já para a Organização Mundial da Saúde, a deficiência intelectual é caracterizada como um desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual. Assim, as condições estruturais e funcionais tendem a comprometer a adaptação ao ambiente, a aquisição de informações, a capacidade de aprender, prejudicando assim, as capacidades de linguagem, percepção, memória, raciocínio, as quais comprometem a realização de atividades educativas como a leitura, escrita, cálculos, sequência de movimentos, dentre outras. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

O MEC, ao propor o documento orientador sobre Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência *Mental* em 2006, considerou a deficiência como um impasse devido à complexidade e às diversas abordagens e conceitos, e afirmou que: o “[...] diagnóstico na deficiência *mental* não se esclarece por uma causa orgânica, nem tão pouco pela inteligência, sua quantidade, supostas categorias e tipos”. (BATISTA e MANTOAN, 2006, p. 10).

Nota-se assim, que a constante evolução de conceitos dessa deficiência esteve ligada às novas demandas e concepções sobre o desenvolvimento da capacidade intelectual e melhoria de vida das pessoas com essa deficiência, demonstrando a sua relação com a organização social. Assim, um dos objetivos da inclusão no âmbito escolar é a participação efetiva delas na sociedade e isso exige a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos, sem exceção.

No entanto, a inclusão de alunos com deficiência intelectual em sistemas regulares de ensino confronta com uma das principais funções da escola que é a produção e socialização do conhecimento e esse novo modelo educacional não pode ser pensado apenas em termos de política pública. Requer também, a construção, a ressignificação e redimensionamento de concepções, das práticas pedagógicas que possam vir de encontro com as mudanças requeridas neste processo. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Diferentemente disso, a maioria do tratamento destinado a esses alunos centram-se na sua adaptação escolar, na negligência da sua singularidade, na desvalorização da sua capacidade de aprendizagem e na complexidade do processo de construção de

conhecimento. Surge então, um desafio: como construir escolas inclusivas em sistemas de ensino que historicamente foram marcados pela negação do reconhecimento das possibilidades de aprender dos alunos com deficiência intelectual?

Com o objetivo de apresentar relatos de boas práticas de ensino para subsidiar o trabalho na perspectiva inclusiva, o MEC publicou no ano de 2006 o documento denominado “Experiências Educacionais Inclusivas Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” (BRASIL, 2006). Tal documento sinalizou novos caminhos e uma direção diferente para práticas pedagógicas inclusivas, envolvendo gestão, formação e currículo.

A gestão teria como foco a formação docente para melhorar a qualidade do ensino por meio do desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, oferecer subsídios para construir uma escola acolhedora e implementar as mudanças necessárias na gestão escolar, a formação dos profissionais da educação atuaria nos esforços para a melhoria do ensino e para o enfrentamento das situações imposta pelo movimento de inclusão e a terceira proposta é a de elaboração de um currículo coletivo, visando ajudar a tornar o professor mais sensível às singularidades de cada aluno, passando a ter um novo olhar e mudando o foco para o aluno e não para os conteúdos. Portanto, a escola inclusiva:

Busca a reorientação curricular, propondo uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar. [...]. Esta ação desloca o enfoque das sequências lógicas, hierarquização de conhecimentos, ordenamento e grades horárias, passando para um novo entendimento do currículo e sua função. Tal concepção propõe a revisão dos conteúdos e suas prioridades, objetivos, temporalidade, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 21).

Nesta perspectiva, o caminho para as práticas pedagógicas aponta para o reconhecimento e a valorização das características e particularidades do aluno no processo de construção de conhecimento, primando sempre pelas possibilidades de desenvolvimento das suas aprendizagens. Esse reconhecimento e valorização pressupõem oferecer diferentes caminhos de aprendizagens e favorece a construção da sua autonomia escolar e social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os caminhos percorridos até o momento representam a capacidade que os sistemas de ensino têm para garantir com efetividade as propostas instituídas pelos documentos legais da educação inclusiva. Prova disso é que infinitas reflexões em torno dessas questões são constantemente debatidas, o que pode indicar o desejo de superar as barreiras e desafios ainda existentes no ensino para os alunos com deficiência intelectual incluídos nas salas comuns.

Entende-se que a efetivação de uma escola inclusiva demanda a materialização de práticas pedagógicas mais democráticas, transformando o contexto educacional, tanto no que se refere às concepções de inclusão quanto às ações na busca de implantação e implementação de um sistema mais igualitário, a fim de assegurar a esses sujeitos, uma educação que os acolham verdadeiramente garantindo a participação, a socialização e a aprendizagem de todos, sem distinção.

De acordo com as obras apresentadas neste estudo, é necessária uma política de formação de professores que viabilizem o currículo apropriado e com as devidas garantias constitucionais. Como proposta de superação, é preciso pensar em: práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as características e particularidades de cada aluno, uma nova organização curricular que considere as necessidades dos alunos e a elaboração de um currículo coletivo, onde todos os envolvidos na ação educativa se envolvam, oferecendo um olhar diferenciado às necessidades específicas de cada aluno, porém igualitário quanto à execução do direito a aprendizagem.

Por fim, acreditamos que o processo de inclusão ainda tem pela frente desafios de toda ordem, mas principalmente aqueles referentes aos aspectos históricos, sociais e culturais como a discriminação, o preconceito, a segregação. Diante desses aspectos, os discursos de inclusão precisam ser compreendidos no contexto das práticas desta/ para esta sociedade, que por sua vez esteve historicamente baseada na contradição do que a atual conjuntura chama de movimento pela inclusão.

Nesta perspectiva, compreender e refletir sobre nossas práticas se torna condição indispensável para continuarmos avançando em busca de uma escola inclusiva. Inclusão esta que deve ser entendida como um processo de ampliação dos direitos sociais que todos podemos construir diariamente na medida em que concebemos uma escola que garanta oportunidades variadas e práticas pedagógicas criativas para acolher todas as diferenças.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. 2 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. 1988. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.as>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Presidência da República, **Diário Oficial**

da União (DOU), 21 dez. 1999.

_____. Resolução MEC CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Portal de Ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Fascículo 1.

_____. **Experiências Educacionais Inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Berenice Weissheimer Roth (org.) Brasília: MEC/SEE, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução MEC CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília, 4 mar. 2002, Seção 1, p. 8. 2002.

GOMES, Adriana Leite Limaverde. [et.al.]. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 62p.

JANUZZI, Gilberta Martino **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento (CID-10)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2017.

RIBEIRO, Solange Lucas. Acessibilidade para a Inclusão na Escola Princípios e Práticas, **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 44, p. 79-98, jan./jun, 2011. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C_evaz_Sitientibus_alvaro_artigos4.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-031-5

